

Eixo Temático: Biologia Aplicada

ET-09-035

PERCEPÇÃO DAS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS ONÇAS, SÃO JOÃO DO TIGRE, PARAÍBA

Emmanuel Arantes Lima Silva¹, Bartolomeu Israel de Souza²

¹Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB). Especializando em Direito Ambiental e Urbanístico pelo Centro Integrado de Pesquisa e Tecnologia (CINTEP/PB). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ/JP). Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, Paraíba. emannuelarantesjp@gmail.com; ²Professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba. Pós-doutorado em Biogeografia pela Universidad de Sevilla – Espanha. Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba. Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. bartolomeuisrael@gmail.com.

RESUMO

A presente análise abarca dentro de seu bojo uma reflexão de grandeza maior que seja a dualidade entre as unidades de conservação de uso sustentável (Lei nº 9.985/2000) e as problemáticas a ela pertinentes. Dessa maneira poderemos, no caso em estudo, entrelaçar a legalidade da Área de Proteção Ambiental (APA) das Onças, a qual é a maior unidade de conservação em território paraibano com 36 mil hectares, localizada no Município de São João do Tigre – Paraíba, e os conflitos socioambientais enfrentados neste território. No que cabem as especificidades dessas problemáticas podemos afirmar que na APA das Onças é verificado a retirada ilegal de produtos madeireiros para fabricação de carvão, também como o manejo irregular do solo para agricultura, utilizando a queimada como meio para eliminação da vegetação nativa. Assim sendo, verificamos a conjectura ambiental da APA das Onças, tendo como mote o perceber da legislação pertinente e o implexo social daqueles participantes da unidade de conservação de uso sustentável em estudo. Almejando, com essa discussão, perceber a realidade fática da utilização do meio ambiente, tracejando construir paradigmas que possam auxiliar na constituição de um meio ecologicamente equilibrado.

Palavras-chave: Unidade de Conservação; APA das Onças; Problemáticas Socioambientais.

INTRODUÇÃO

As problemáticas ambientais encontram-se arraigadas em diversos momentos e espaços onde o homem interage, entretanto, com o aumento progressivo da necessidade de elaboração e multiplicação das necessidades que fazem parte do cotidiano do homem industrializado, houve uma exponencial degradação ao meio ambiente.

No sentido de retardar um colapso ambiental mundial ocorreu em 1968 o “*clube de Roma o qual solicitou ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) que estudasse os problemas ambientais*” (Granziera, 2009) de onde foi originado em 1972 o Relatório Meadows, o qual até a nossa atualidade é lembrado pela afirmativa de que era necessário que todos os países não ultrapassassem os limites de poluição que naquele momento se encontravam. Dessa maneira foi imposto um limite ao crescimento econômico principalmente dos países em desenvolvimento, não havendo a posterior tamanha eficácia prática.

Ainda nesse ano de 1972 ocorreu a Conferência de Estocolmo sobre meio ambiente humano na Suécia, tendo sido um marco para tema ambiental haja vista que implantou “*a variável ambiental em todas as atividades humanas, o que foi tomando corpo à medida que os países estruturaram uma legislação ambiental*” (GRANZIERA, 2009).

No que cabe à legislação pátria podemos afirmar que mesmo antes da inauguração da Constituição de 1988, havia regulamentações infraconstitucionais, que inclusive foram

abarcadas pela Constituição cidadão, contudo ressaltamos a magnitude da importância desse documento basilar para a proteção e conservação do meio ambiente, por via do artigo 225, que constituiu uma inovação no direito constitucional brasileiro, podendo esse fato ser revelado a porvindouro quando da promulgação da Lei 9.985/2000, que trata do sistema nacional de unidades de conservação.

Retornando a esfera internacional normativa e coadunando ao ordenamento nacional percebemos com grande importância no que trata do nosso caso prático, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CCD), que tem o Brasil como signatário inclusive trazendo este regimento para uma eficácia local, por via do Decreto nº 2741/1998.

É de importância ressaltar por meio da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação a conceituação do que seja desertificação, onde o processo é interpretado como sendo (CCD, 1995)

(...) a redução ou perda, nas zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas, da produtividade biológica ou econômica e da complexidade das terras agrícolas de sequeiro, das terras agrícolas de regadio, das pastagens naturais, das pastagens semeadas, das florestas ou das áreas com arvoredo disperso, devido aos sistemas de utilização das terras ou a um processo ou combinação de processos, incluindo os que resultam da actividade do homem e das suas formas de ocupação do território, tais como:

- (i) A erosão do solo causada pelo vento e/ou pela água;
- (ii) A deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou econômicas do solo e,
- (iii) A destruição da vegetação por períodos prolongados.

O nosso cenário em estudo trata de uma Unidade de Conservação de uso sustentável, estando elencado na Lei nº 9.985/2000, em seu artigo 15, como sendo uma Área de Proteção Ambiental, sendo esta definida como (Planalto, 2013).

(...) uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

No que cabe ao aspecto geográfico podemos afirmar que APA das onças encontra-se localizada na mesorregião da Borborema e na microrregião de São João do Tigre, dentro da abrangência do município de São João do Tigre, sendo a unidade de conservação mais extensa dentro do estado da Paraíba com 36 mil ha.

Ainda na percepção geográfica, incluindo o norte da narrativa biogeográfica podemos afirmar que APA em análise encontra-se dentro do bioma caatinga, o qual no conjunto das regiões de clima seco do mundo é um dos mais ricos em espécies.



Figura 1. Localização do Município de São João do Tigre-PB.

A vegetação que compõem a unidade de conservação tem predominância de plantas hiperxerófilas, sendo encontrados ecossistemas que abrigam vegetação caducifolia. No que alcança o relevo podemos afirmar que está inserido na depressão sertaneja, tendo em seus recortes suaves ondulações e vales estreitos.

Já no que cabe aos recursos hídricos encontramos essa área pertencente a bacia hidrográfica do Rio Paraíba, no percentual mais alto do curso, tendo a intermitência como regime fluvial majoritário.

MATERIAL E MÉTODOS

Ao iniciar tratamos com a metodologia bibliográfica, sendo necessário utilizarmos da leitura de livros, artigos, dissertações, teses, dentre outros meios de pesquisa que dessem o arcabouço necessário para que pudéssemos manejar de maneira equânime os dados da pesquisa.

Conjuntamente, foi necessário utilizarmos do trabalho de campo para que pudéssemos perceber a realidade da Área de Preservação Ambiental das Onças e as intercorrências existentes neste espaço, tendo a fenomenologia como parâmetro metodológico.

Diante do que foi encontrado, e ainda no campo qualitativo, percebemos a necessidade de uma intervenção, junto aos atores componentes daquela unidade de conservação, utilizamos para com isso um questionário semi-estruturado, ou seja, de conversações (diálogos) tendentes a informais que nos trouxeram uma variabilidade de informações, que apenas a observação não conseguiu nos transmitir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caso em estudo nos traz mesmo que ainda em resultados parciais a percepção que há a necessidade da multiplicação de unidades de conservação dentro do território nacional, principalmente aquelas que sirvam a proteção e conservação do bioma caatinga, tomando como base jurídica a Lei 9.985/2000 (SNUC), fortalecendo sobre maneira o ideal de conservação do meio ambiente amalgamado a uma convivência equilibrada com as comunidades locais.

No que cabe exclusivamente a APA das Onças percebemos um cenário espelho de inúmeras outras gestões de unidades de conservação em nosso país, sendo a referida APA caracterizada pela omissão do seu órgão gestor, que seja a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), sendo dessa maneira reflexo da minoritária importância concedida ao tema ambiental no estado da Paraíba, pois não operam por meio do seu corpo

fiscalizador no sentido de cumprimento da legislação ambiental, transbordando assim em problemáticas ambientais, que são originadas de dificuldades sociais notórias neste meio. Dentre os fatos encontrados como degradadores do meio ambiente podemos citar a retirada de material madeireiro para a produção de carvão e também como a remoção inadequada da vegetação nativa para uso do solo para a agricultura, que somados ou independentes acarretam a deterioração do solo e diminuição da biodiversidade local.

Reiteramos que até a data em que foi realizada a atuação em campo o Estado não implantou nenhuma atividade ou programa no sentido de desenvolver a educação ambiental para aqueles que interagem de maneira direta ou indireta com a unidade de conservação, acarretando como consequentes problemáticas já evidenciadas, pois através desse mecanismo poderemos perceber, mesmo ainda de maneira diminuta, uma interação desses atores no sentido de manter um relacionamento equilibrado com os recursos naturais que encontram se a disposição na APA.

CONCLUSÕES

No que podemos afirmar enquanto arremates, mesmo que ainda incipientes, para o caso em estudo, onde tratamos da APA das onças, unidade de conservação estadual localizada no município de São João Tigre, na Paraíba, é o posicionamento no sentido da implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca/PAN Brasil, política esta prática pelo Estado por meio do ente federativo união, que iria impactar sobre maneira a utilização desta unidade de conservação.

Nesse mesmo sentido de minimização das problemáticas socioambientais existentes na APA das onças, podemos apontar como meio ou prática que fomenta a resolução desses dilemas, o turismo de base local que coadunado com estratégia de preservação das belezas cênicas, que facilmente são apresentadas na caatinga, poderia ser um caminho para a reformulação do quadro social, econômico e ambiental, tanto da APA como daqueles que dela usufruem.

Podemos ainda, no que cabe a ferramentas técnicas, utilizarmos como prática os sistemas agroflorestais, onde obtemos uma interação equilibrada entre espécies arbóreas/arbustivas, associado a agricultura e a criação de animais, tendo como resolução a minoração no impacto ambiental, reduzindo a utilização exaustiva do solo, e a ampliação da capacidade econômica e financeira das comunidades locais.

Portanto, percebemos que as problemáticas existentes na Área de Proteção Ambiental das onças são de significativa magnitude, principalmente por se tratar de unidade de conservação que resguarda a caatinga, bioma este único. Diante da nossa pesquisa e análise de informações ainda em construção, já conseguimos perceber a completude para o iniciar da resolução dessas problemáticas, caminhando assim, por meio de um alicerce jurídico, passando pela criação de um plano de manejo, ainda não existente nesta unidade de conservação, para tanto sendo necessário a associação das várias áreas de conhecimentos, percorrendo uma reformulação no trato social, que passa pela educação, principalmente ambiental (Lei 9795/1999) e também como por ações que visem a fomentar a capacidade econômica da região, principalmente por meio do turismo de base local. Todo esse complexa observação passa pela participação do Estado, por meio das suas políticas publicas, do meio acadêmico, através das suas pesquisas, e da comunidade local, sendo este último componente transmissor e receptor das soluções sociais, que consequentemente recaíram como soluções para as problemáticas ambientais percebidas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 12. ed. ampl. refor. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
ARAÚJO FILHO, J. A.; CARVALHO, F. C. **Desenvolvimento sustentado da Caatinga**. Sobral: Embrapa, Circular Técnica, n°. 13, 1997.
BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto n° 2.741, de 20 de agosto de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2741.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CARVALHO, L. D. **A emergência da lógica da “Convivência com o Semi-Árido” e a construção de uma nova territorialidade:** Educação para a convivência com o semi-árido. Reflexões teórico-práticas. Juazeiro: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro, 2004.

GRANZIERA, M. L. M. **Direito Ambiental.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php>. Acesso em 9 dez 2013.

LEFF, E.. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LIMA, M. N. S. **Conflitos de uso do solo da Área de Proteção Ambiental Tambaba - PB: o caso dos loteamentos urbanos.** Monografia-(Curso Superior de Tecnologia em geoprocessamento) - Instituto Federal de Educação de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba-2009.

MEIRELLES, H.L. **Direito administrativo brasileiro.** 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar:** recorte no Brasil, em Portugal e na África. João Pessoa: Editora UFPB, 2010.

SAMPAIO, E. V. S. B.; ARAÚJO, M. S. B.; SAMPAIO, Y. S. B. Propensão à desertificação no semi-árido brasileiro. **Revista de Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE**, Recife, v. 22, n. 2, p. 67-80, 2005.

PEREIRA, D. D. Quando as políticas públicas auxiliam o processo de desertificação: o caso do Cariri paraibano. In: MOREIRA, E. (Org.). **Agricultura familiar e desertificação.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006. p. 179-203.

SOUZA, B. I. Cariri paraibano: do silêncio do lugar à desertificação. 198 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Doutorado, UFRGS, Porto Alegre (RS), 2008.

SOUZA, R. F. Terras agrícolas e o processo de desertificação em municípios do semi-árido paraibano. 180 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola-UFCG, Campina Grande, 2007.

SOUZA, B. I.; RÊGO, S. C. A.; LIMA, M. N. S.; MONTEIRO, T. R. R. Mapeamento do uso e adequação do solo no Município de São João do Tigre-PB com o auxílio de geotecnologias. **Revista Geonorte**, v. 2, n. 4, p. 1583-1593, 2012.

SOUZA, B. I. ; LIMA, E. R. V. Cartografia da desertificação no Cariri paraibano. Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE. Niterói: ANPEGE/UFF, 2007.

SOUZA, B. I.; SUERTEGARAY, D. M. A. Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor em áreas sujeitas à desertificação. Anais do Seminário Luso-brasileiro-caboverdiano: Agricultura familiar em regiões com riscos de desertificação. João Pessoa: UFPB, 2007.